

MARÇO 2024

74ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

## Arrependidos

O que dizem hoje economistas liberais que “fizeram o L” em 2022



*A dolce vita* de Rui Costa Pimenta: eterno chefe do PCO curte Europa e Hamas

Editorial: A “polícia” da Anatel não está acima da lei

# Índice

Editorial: A “polícia” da Anatel não está acima da lei 03

---

Polzonoff: Sexo explícito é o de menos. Os escândalos de ‘O Averso da Pele’ 11

---

Marcel Van Hattem: O mundo agora sabe que o Brasil vive uma ditadura 18

---

O que dizem hoje economistas liberais que “fizeram o L” em 2022 32

---

STF pressiona Judiciário a punir procuradores e juízes 44

---

“Pacote anticrime” de Caroline de Toni enfrenta resistência da esquerda 57

---

A dolce vita de Rui Costa Pimenta: o eterno chefe do PCO curte a Europa e o Hamas 69

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*Alexandre de Moraes, presidente do TSE, discursa na inauguração do Ciedde. | Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE*

## EDITORIAL

# A “polícia” da Anatel não está acima da lei

O “Ministério da Verdade” instituído em conjunto por Executivo e Judiciário no Brasil acaba de ganhar mais uma repartição. O Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e

Defesa da Democracia (Ciedde) funcionará na sede do Tribunal Superior Eleitoral, com membros do Ministério da Justiça, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e foi oficialmente inaugurado na última terça-feira, dia 12, com a fanfarra habitual, os clichês habituais e as ameaças habituais. O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, promete um “salto de eficiência” com o trabalho do Ciedde, e é aí que está o grande problema para a democracia – a democracia real, não aquela que o tal novo centro se propõe a defender.

O principal objetivo do centro é botar em prática as novas resoluções do TSE a respeito da campanha eleitoral na internet, e que transformam em regra vários dispositivos

previstos no PL 2630/20, apelidado “PL das Fake News” ou “PL da Censura”. Como até agora os congressistas não decidiram o que fazer com o texto, que está parado, o TSE resolveu, por conta própria, colocar em prática o que o Legislativo teima em não aprovar – na prática, interferindo mais uma vez nos atributos de outros poderes, legislando no lugar de quem foi escolhido pelo povo para esse papel. E, se é verdade que em alguns aspectos é preciso haver uma fiscalização atenta e uma resposta rápida, como no caso dos chamados *deepfakes*, em outros o risco para a liberdade de expressão na internet só cresceu.

Um caso emblemático é o uso recorrente do conceito de “desinformação”, que ninguém, muito menos o TSE, pretende explicar em detalhes, deixando a expressão da forma mais

ampla possível para, assim, poder nela incluir tudo o que, no fim das contas, a autoridade eleitoral assim o desejar.



*A lei define o trâmite para que publicações sejam removidas, mas cada vez mais órgãos e entidades querem o poder de atropelar esse trâmite e decidir ou que fica ou sai do ar, ou pelo menos o poder de dizer o que é “desinformação”*

E isso vale inclusive para informações indubitavelmente verdadeiras, como no célebre caso da “desordem informacional” invocada pelo ex-ministro do TSE e do STF Ricardo Lewandowski para, durante a campanha de 2022, banir um vídeo que não trazia uma única mentira.

Lewandowski, agora ministro da Justiça, também esteve na inauguração do Ciedde, e afirmou que o novo órgão não seria “censório”. Promessa difícil de aceitar, especialmente à luz de outra afirmação, a do presidente da Anatel, Carlos Baigorri. “A Anatel irá usar a plenitude de seu poder de polícia junto às empresas de comunicações para retirar do ar todos os sites e aplicativos que estejam atentando contra a democracia por meio da desinformação e do uso de inteligência artificial para *deepfakes*”, afirmou, atribuindo à agência os mesmos superpoderes que a Justiça Eleitoral já se havia concedido no passado e que reforçou recentemente, com aval do STF.

O Marco Civil da Internet afirma, em seu artigo 2.º, que “a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à

liberdade de expressão”; em seu artigo 3.º, diz que “a disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I – garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento”. A mesma lei ainda prevê, no seu artigo 19, que a remoção de conteúdos depende de decisão judicial específica. Evidentemente, há uma série de nuances a considerar. Ninguém questiona que uma plataforma de mídia social não precisa esperar por uma decisão judicial para remover por conta própria publicações claramente criminosas, contendo, por exemplo, racismo ou pornografia infantil. Mas não são esses tipos de conteúdo que estão em jogo aqui: estamos falando da crítica a candidatos ou partidos, de questionamentos de toda ordem sobre o processo eleitoral e de todo tipo de afirmação



“desagradável” que possa ser enquadrada como “desinformação” ou “discurso de ódio”.

Eis aqui o problema: a lei define o trâmite para que essas publicações sejam removidas, mas cada vez mais órgãos e entidades querem o poder de atropelar esse trâmite e decidir ou que fica ou sai do ar, ou pelo menos o poder de dizer o que é “desinformação”, fazendo letra morta do Marco Civil da Internet e colocando-se acima dele. E usarão tais poderes, inclusive, com a conivência (no mínimo) de instituições que deveriam estar cerrando fileiras pelo respeito à lei, e não por sua revogação tácita, como é o caso da OAB e do Ministério Público, incapazes de perceber que o Ciedde não é uma iniciativa louvável desde que mantido dentro de certos limites, mas algo que nasce torto desde sua

concepção e ao qual ambas as instituições estão emprestando credibilidade.

O Brasil inteiro já viu como a campanha de 2022 aconteceu sem um esse aparato: censura prévia, instituição de tabus sobre vários temas, proibição da menção a certas posições e amizades de um candidato, direitos de resposta mentirosos sendo veiculados com a bênção da autoridade eleitoral, e tudo claramente em benefício de um candidato e prejuízo de outro. O novo órgão não vem para resolver este problema, mas para intensificá-lo, agregando ainda mais atores institucionais ao processo de sufocamento da liberdade de expressão em curso já há alguns anos.



[Voltar ao índice](#)



*Detalhe da capa de “O Averso da Pele”:* só mais um dos muitos escândalos da literatura brasileira contemporânea. | Foto: Divulgação

## OPINIÃO

**Polzonoff**

### **Sexo explícito é o de menos: os escândalos de ‘O Averso da Pele’**

*Tive o desprazer de enfrentar as quase 200 páginas de “O Averso da Pele”, de Jeferson Tenório, e*

*atesto: as cenas de sexo explícito apontadas pelo queridíssimo, talentosíssimo e aristocratíssimo Gabriel de Arruda Castro, em denúncia feita por esta igualmente querida Gazeta do Povo, é o menor dos problemas do livro. E aqui não me refiro ao livro apenas como uma obra literária (por sinal, sofrível); e sim como um produto da doutrinação ideológica a que estão expostos nossos filhos.*

*Claro que apontar a imoralidade sexual do romance é importante, por mais que vivamos numa época em que a imoralidade está em todas as esquinas e redes sociais, acessível tanto a quem quer quanto a quem não quer. De modo que é um bocado ingênuo e anacrônico pensar que jovens do ensino médio ruborizarão diante de alguns palavrões e manchas nos lençóis dessa “obra-prima” da literatura brasileira*

contemporânea. Não é isso o que revolta e preocupa um pai.

*Por falar em literatura brasileira contemporânea, no que ela se transformou, hein? Lembro que, há 20 anos, quando escrevi o best-seller “O Cabotino” (mais de cem cópias vendidas!), ainda tinha esperança de que os escritores percebessem o ridículo de submeterem sua alma à vaidade beletrista. De lá para cá, quanta diferença! Hoje autores como Jeferson Tenório, Carla Madeira e Itamar Vieira batem no peito para dizer: “Sou cabotino mesmo! Com muito orgulho!”.*

*Cabotinagem revolucionária. É nisso que se transformou a literatura brasileira contemporânea. Uma literatura sem outros leitores que não os pobres-diabos do ensino médio, que*

*terão de folhear “O Averso da Pele” a fim de responderem a uma prova qualquer, elaborada por um professor cansado de tantas causas e greves. E aqui vai uma dica do titio Polzo para você que quer tirar 10 na prova: o culpado é sempre o racismo, que por sua vez é sempre estrutural. De nada.*

## **Panfleteo racialista**

*Mais escandaloso do que termos chulos num vaivém cheio de crítica social é o processo que permite que um livro como “O Averso da Pele”, apesar da ausência de leitores orgânicos, seja considerado literatura de interesse nacional, a ponto de ser incluído no Programa Nacional do Livro e do Material Didático, do MEC. O PNLD, talvez você não saiba, é o principal financiador de um mercado editorial totalmente dependente do Estado.*

*Complexo para além do que sou capaz de explicar em poucas linhas, esse sistema viciado nos generosos úberes do Estado, e contaminado pela mentalidade revolucionária, mantém o minguado público leitor sempre à margem de tudo. É um sistema que começa nos departamentos de Letras e Pedagogia e passa por premiações de credibilidade questionável, como o Jabuti. São premiações que chancelam a glória solitária do escritor cabotino, praticamente obrigando o burocrata iletrado do MEC a concordar com a genialidade postiça do sujeito.*

*É assim, cheio desse prestígio artificial, que o panfleto chega aos ouvidos de editores ideologicamente comprometidos, lotados em casas editoriais que têm no capitalismo de Estado seu modelo de negócio. Uma vez publicado e premiado, premiado e publicado, o ciclo se fecha e o livro*

*entra no lucrativo PNLD, depois de “um chamamento público, de forma isonômica e transparente” [risadas], e depois de ser avaliado por “professores, mestres e doutores, que tenham se inscrito no banco de avaliadores do MEC” [mais risadas]. É dessa forma que se constrói uma obra literária pretensamente canônica no Brasil.*

*MEC, MEC, MEC. Nada é capaz de escapar dos tentáculos do Ministério da Educação, com sua verba anual bilionária para a aquisição de livros. E é aqui que entra outro escândalo envolvendo o panfleto disfarçado de romance “O Averso da Pele”: a incompetência do governo anterior, de tendência conservadora e moralizante, para impedir que obras desse tipo tivessem outro destino que não a reciclagem de papel. Afinal, a obra foi incluída no PNLD de 2022. Na gestão do burocrata de carreira Victor Godoy Veiga.*



*Acho que não é possível dizer que Veiga tenha sido o mais conservador dos ministros da Educação. Longe disso. Mas é incrível que não tenha havido um único funcionário do MEC capaz de apontar e denunciar destemidamente não só o caráter imoral e vulgar do romance, como também sua inutilidade na formação literária e no caráter do leitor. Ainda mais do leitor adolescente, suscetível aos encantos do ressentimento e da inveja que impulsionam narrativas simplistas, maniqueístas e quase caricaturais como a de “O Avesso da Pele”.*



**Autor:** Paulo Polzonoff Jr. é jornalista, tradutor e escritor.  
\*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



Voltar ao índice



*Comitiva de parlamentares brasileiros de oposição denunciam violações no Brasil na frente do Congresso Americano. No microfone, o deputado americano Chris Smith. | Foto: Dr. Víctor Hugo e Marco Aurélio*

## OPINIÃO

**Marcel van Hattem**

# O mundo agora sabe: o Brasil vive uma ditadura

Para que fique registrado não só em vídeo, mas também em texto na Gazeta do Povo, um dos

mais importantes veículos de comunicação brasileiros, esta semana registro aqui o momento histórico que vivemos nos Estados Unidos.

Em frente ao Capitólio, em Washington, D.C., junto a uma comitiva de deputados federais brasileiros e de jornalistas perseguidos pelo consórcio PT/STF, tive a honra de proferir o discurso que segue. Entre os que me acompanharam estavam cidadãos que sequer podem retornar ao Brasil, como o jornalista Paulo Figueiredo e a juíza Ludmila Lins Grillo, perseguidos implacavelmente por Alexandre de Moraes de forma totalmente inconstitucional.



*O próprio sistema judicial está liderando a ruptura institucional, o que torna mais difícil para o mundo entender o triste e perigoso processo.*

Recepcionados pelo deputado americano Chris Smith, discursamos para os Estados Unidos, para o Brasil e para o mundo. Com o microfone, em inglês, levei meu sentimento e o de milhões de brasileiros que sofrem com a instalação de uma ditadura no Brasil. Ao receber a palavra do deputado Smith, diante do Congresso americano, me pronunciei:

*“Obrigado, deputado Chris Smith! Agradeço em nome do povo brasileiro por essa oportunidade, que temos aqui para manifestar, para falar o que*

*está acontecendo no Brasil mais livremente do que nós podemos fazer no nosso próprio país, infelizmente.*

*Obrigado, América, pela longa relação com o Brasil. Os Estados Unidos da América são a maior democracia nas Américas, o Brasil é a segunda maior, ou costumava ser. Todos nós sabemos que a democracia é um processo contínuo, enquanto a liberdade, como Ronald Reagan uma vez disse, não é transmitida aos nossos filhos pelo sangue.*

*Deve-se lutar por ela, protegê-la e transmiti-la para que eles façam o mesmo. É por isso que estamos aqui, para lutar por nossa liberdade e para chamar a atenção do mundo para os graves retrocessos que estamos vivenciando hoje na*

*democracia do Brasil, liberdade e Estado de Direito.*



*Nós amamos a liberdade e nós amamos a democracia. E entendemos que essas virtudes só são possíveis onde há um forte Estado de Direito.*

*Quando cheguei pela primeira vez em Washington D.C., há 15 anos, para estudar na Universidade de Georgetown, e estou muito orgulhoso disso, eu olhei para a América Latina e vi como o socialismo foi subvertendo países que antes eram democracias: Venezuela, Bolívia, Equador.*

*Enquanto esses países estavam sucumbindo a tiranos como Hugo Chávez e outros fantoches de Fidel Castro, e enquanto seu povo estava perdendo suas liberdades, o Brasil permaneceu democrático, apesar dos problemas institucionais históricos do país e da corrupção endêmica.*

*Isso foi em 2009. Durante toda a década de 2010, o Brasil entrou em uma nova era na qual eu estava muito otimista. Todos nós estávamos. Foi um período em que milhões de cidadãos preocupados tomaram as ruas para protestar contra corrupção generalizada que impregnava as mais altas lideranças do nosso país.*

*A Operação Lava Jato trouxe essas questões à justiça e colocou dezenas de empresários, funcionários públicos e políticos atrás das grades*

*por lavagem de dinheiro e corrupção, incluindo o então ex-presidente Lula da Silva. Ele foi considerado culpado conforme acusado em três instâncias e foi mandado para cadeia para cumprir pena de nove anos. Não apenas no Brasil, inclusive, mas também no Peru, Guatemala e Panamá tiveram presidentes condenados por corrupção em seus países, por conta da investigação que começou no Brasil envolvendo empresas transnacionais que também operavam no exterior.*



***O que estamos vivenciando no Brasil neste momento é uma ditadura em desenvolvimento.***

*Contudo, no início de 2019, a Operação Lava Jato começou a investigar outra instância de poder no Brasil, o Judiciário. Denunciantes expuseram*



*subornos esquemas no Sistema Judiciário até o Supremo Tribunal. Quando a história foi publicada na mídia, a reação foi violenta.*

*O presidente do Supremo Tribunal na época, Dias Toffoli, um suposto participante no esquema de suborno, decidiu censurar a revista Crusoé e abrir uma investigação, acusando-os de espalhar fake news. O juiz Toffoli apontou o juiz Alexandre de Moraes para ser o juiz relator no caso.*

*A investigação, na verdade, a inquisição, tem o Supremo Tribunal como suposta vítima, investigador e juiz ao mesmo tempo. Ainda está em aberto, cinco anos depois, e tem sido utilizada para perseguir qualquer um que a própria corte entenda que esteja criticando-a ou opondo-se às opiniões de seus membros.*

*O número de pessoas criminalmente processadas, ou devo dizer mais precisamente, perseguidas, pelo juiz Moraes e o STF chegam a milhares de brasileiros atualmente. Alguns dos que estão aqui não podem sequer retornar ao país. De cidadãos comuns a membros do Parlamento, incluindo o líder da oposição, como acabou de mencionar meu colega Gustavo Gayer, jornalistas, formadores de opinião e até juízes — nós temos uma juíza aqui, que também pediu por asilo político nos Estados Unidos e está vivendo aqui agora — de um indivíduo sem-teto que foi recém absolvido pelo senhor Moraes após cumprir uma longa pena de prisão por estar no evento de 8 de janeiro por acaso.*

*Até o ex-presidente da República Bolsonaro, ninguém escapa da fúria e dos atos inconstitucionais e decisões da corte. Ativos congelados ilegalmente, contas bancárias*

*secretamente violadas sem o devido processo, passaportes confiscados, censura, até tortura.*



***Diferente de todas ditaduras, no entanto, a que estamos vendo no Brasil é construída de uma forma mais sutil e perigosa.***

*Este é o caso do senhor Cleriston Pereira da Cunha, conhecido no Brasil como Clezão, que morreu na prisão após passar 11 meses em condições de saúde precárias, atrás das grades, incluindo dois meses e meio após um pedido de liberdade que foi assinada pelo procurador-geral, mas foi ignorado pelo senhor Alexandre de Moraes.*

*Por outro lado, as condenações de políticos corruptos estão sendo anuladas pelo Supremo*

*Tribunal, como foi o caso de Lula, que foi solto da prisão e permitido a concorrer novamente à Presidência por uma decisão do Supremo Tribunal contrária às decisões dos tribunais inferiores. As empresas que foram multadas por seus esquemas de suborno também estão sendo absolvidas, e as multas estão sendo canceladas pelo mesmo tribunal.*

*O que estamos vivenciando no Brasil neste momento é uma ditadura em desenvolvimento. Portanto, não é surpreendente que os maiores aliados de Lula da Silva sejam ditadores como Maduro, na Venezuela, Xi Jinping, na China e Vladimir Putin, na Rússia.*

*Até mesmo o grupo terrorista Hamas enviou congratulações para Lula por seu retorno ao poder*

*e, agora, está parabenizando Lula em seus posicionamentos absurdos contra os judeus e o Estado de Israel, comparando os atos de legítima defesa de Israel ao Holocausto na Alemanha de Hitler.*

*Diferente de todas ditaduras, no entanto, a que estamos vendo no Brasil é construída de uma forma mais sutil e perigosa. O próprio sistema judicial está liderando a ruptura institucional, o que torna mais difícil para o mundo entender o triste e perigoso processo. O povo tende a confiar mais nos juízes do que nos políticos. No entanto, no Brasil, a confiança no Supremo Tribunal Federal caiu dramaticamente. Uma pesquisa recente da Atlas Intel mostra que mais de 50% da população perdeu completamente a confiança na corte, corroborando o sentimento de que as decisões do*

*Supremo Tribunal Federal são mais políticas do que legais, constitucionais ou justas.*

*Eu repito, senhor deputado, nosso objetivo aqui é tornar a situação conhecida no mundo. Nós amamos nosso país. Nós amamos o Brasil. Nós amamos os Estados Unidos da América. Nós amamos a liberdade e nós amamos a democracia.*

*15 anos após morar nessa cidade, em Washington D.C., como estudante, eu olho para trás, para o meu próprio país, agora como membro do Congresso, com, talvez, uma visão mais realista, se não, triste. Esta mesma oportunidade que você nos dá, no entanto, para compartilhar essa mensagem com você, com o povo americano e com todo o mundo, renova nosso otimismo e esperança.*

*Por mais que amemos a América, nenhum de nós quer viver em outro país, nós queremos viver em outro Brasil.*

*Deus abençoe a América, Deus abençoe o Brasil. Deus abençoe todos vocês. Muito obrigado.”*



**Autor:** Marcel van Hattem é deputado federal em segundo mandato pelo NOVO-RS, possui bacharelado em Relações Internacionais e especialização em Direito, Economia e Democracia Constitucional, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É mestre em Ciência Política pela Universidade de Leiden; em Jornalismo, Mídia e Globalização pelas Universidades de Aarhus/Dinamarca e de Amsterdã - Holanda. Marcel é egresso do Programa de Liderança Política, Social e Empresarial da Georgetown University em Washington, D.C., Estados Unidos. Na Câmara dos Deputados, Marcel é vice-líder da oposição ao governo Lula. \*\*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



Voltar ao índice



*Economistas liberais que apoiaram Lula no segundo turno de 2022 hoje fazem críticas à política econômica do governo. | Foto: André Borges/EFE*

*Política econômica*

## **O que dizem hoje economistas liberais que “fizeram o L” em 2022**

Por Vandrê Kramer

Economistas liberais que apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições



presidenciais de 2022, no confronto com o então presidente Jair Bolsonaro (PL), hoje se mostram céticos em relação à política econômica do petista em seu terceiro mandato.

Visões antiquadas em relação à economia, a falta de preocupação com a questão fiscal e ataques à política do Banco Central são algumas das principais críticas feitas pelos apoiadores. Confira a seguir o que dizem Pedro Malan, Elena Landau, Armínio Fraga, Pêrsio Arida e Henrique Meirelles – este, o único do grupo com visão favorável ao governo.

**Pedro Malan: governo tem visão de 15 anos atrás**

Um dos mais críticos e que apoiou Lula no segundo turno é o ex-ministro da Fazenda no governo Fernando Henrique Cardoso e um dos

pais do Plano Real, Pedro Malan. Em um artigo publicado na segunda semana de fevereiro no "O Estado de S. Paulo", ele aponta que um pensamento de 15 anos atrás ainda prevalece no governo.

Segundo ele, o Estado já se sobrecarregou de obrigações que testam os limites de sua capacidade. "Ao dispersar demais suas atividades, o Estado fica mais suscetível a ceder a interesses isolados, a persistir em promessas que não pode cumprir."

O ex-ministro ressalta que, ao longo dos próximos três anos, será fundamental "de maneira clara e crível, sinalizar para os agentes econômicos que existe um sistema de regras de responsabilidade fiscal que represente compromisso firme em assegurar a

sustentabilidade da trajetória das finanças públicas do país."

Malan ressalta que há uma falta de um sistema de regras fiscais no país, mesmo apesar dos esforços do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contra o fogo amigo de integrantes do governo e de seu partido. "Uma política fiscal insustentável pode impedir o desenvolvimento econômico e social sustentado no longo prazo."

**Elena Landau: política industrial é ruim e tem ideias atrasadas**

Críticas também vêm da economista Elena Landau, que já foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenou a área econômica da candidata do MDB à presidência, Simone Tebet.

Ela avaliou o programa Nova Indústria Brasil, lançado por Lula em janeiro para destinar R\$ 300 milhões ao setor até 2026, como sendo ruim e tendo ideias atrasadas. À "Folha de S. Paulo", ela disse que, assim como Lula plantou em 2010 o "desastre" dos governos Dilma, o presidente está "plantando de novo o desastre" de seu sucessor no Planalto.

Segundo a economista, a filosofia da política industrial é a de sempre. "Economia protegida, subsídio, elegendo determinados setores. Então, como desenho é ruim." A economista também considera que o problema no Brasil não é a falta de financiamento, mas sim a ausência de segurança jurídica.

## **Arminio Fraga: Lula deu "rasteira" em Haddad**

Outro economista que apoiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha eleitoral, especialmente no segundo turno, foi o ex-presidente do Banco Central durante o governo Fernando Henrique e sócio da Gávea Investimentos, Armínio Fraga. O apoio estava relacionado à composição do Congresso, mais conservador e mais favorável a Jair Bolsonaro.

Fraga apontou, em entrevista à "Veja" no final do ano passado, que uma das principais preocupações em relação à política econômica de Lula é a questão fiscal. Dados do Banco Central (BC) mostram que a economia saiu de um resultado primário positivo de 1,25% do PIB em 2022 para um déficit de 2,29% em 2023. O endividamento público passou de 71,6% do PIB para 74,3% do PIB.

"Claramente ele [Lula] deu uma rasteira no ministro [Haddad] numa situação que já tinha dificuldades, que já vinha lá de trás", afirmou. "O caminho da bagunça fiscal é trágico e agora ele levou essa rasteira. Os analistas já esperavam essa dificuldade, sobretudo porque o lado do gasto vem crescendo há décadas no Brasil, e não pode entrar na equação. Ele foi excluído por decisão do governo, presumo que do próprio presidente."

Fraga avaliou que não está sendo fácil a condução da economia por parte de Haddad, mas que este apontou o "Brasil para a direção certa." Ele aponta que o ministro da Fazenda meio que pegou o ônibus e mudou a direção. Apontou para a direção certa, mas ainda não andou muito.

"Acho que ele está enfrentando fogo amigo, que enfrentou no início e na transição também. E acho que ele está tentando, mas não está sendo fácil para ele."

Em outubro, durante a Feira Literária de Parati (Flip), ele disse para "O Globo" que um governo bem arrumado pode crescer entre 3% e 4% ao ano. Mas ele avaliou que não é a cena do atual governo. "Pode vir a ser, mas acho improvável", disse. A mediana das projeções do último relatório Focus, do Banco Central, divulgado nesta terça (6), sinaliza para um crescimento de 1,77%, em 2024.

### **Pérsio Arida: retrocessos em diferentes áreas**

Outro apoiador de Lula que manifestou críticas à política econômica foi o economista Pérsio Arida, outro dos pais do Plano Real. Ele afirmou,

em 2022, que Bolsonaro era um risco para a instabilidade institucional do país.

Em entrevista ao "Valor", Arida apontou retrocessos na agenda ambiental e na política externa. Também manifestou críticas em relação aos ataques feitos pelo presidente e por figuras próximas ao Banco Central e à tentativa de revisão nas regras do marco legal do saneamento.

Arida também foi um dos apoiadores do manifesto pela aprovação da reforma tributária, que uniu, em novembro, economistas de pensamento heterogêneo e antagônico, como o ex-ministro petista Guido Mantega – que durante o governo Dilma insistiu em uma política de reforço dos gastos públicos para incentivar a economia – e Marcos Mendes,



crítico de Lula e um dos responsáveis pela elaboração do Teto de Gastos.

### **Henrique Meirelles: elogios a Haddad**

Ex-presidente do Banco Central nos dois primeiros mandatos de Lula e ministro da Fazenda no governo de Michel Temer (MDB), Henrique Meirelles apoiou o petista no segundo turno de 2022, mas lançou dúvidas sobre sua política econômica antes mesmo da posse. Disse que o país poderia ter "clima de recessão" caso não houvesse limites aos gastos extras que o presidente recém-eleito pleiteava e criticou a tentativa do PT de barrar a indicação de Ilan Goldfajn ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em fevereiro de 2023, já com Lula na Presidência, Meirelles criticou os ataques do

petista ao Banco Central e sua política de juros. Depois, em maio, lamentou a troca do teto de gastos – criado na gestão de Meirelles na Fazenda – pelo novo arcabouço fiscal, que classificou de "complexo" e "de difícil execução". Mais: disse que o presidente havia anunciado, logo após a eleição, "uma política na linha do que foi o governo da ex-presidente Dilma, que levou o Brasil a uma recessão muito grande". "É um risco que corremos", afirmou.

Mais recentemente, no entanto, Meirelles elogiou o trabalho do Ministério da Fazenda. Referindo-se à pressão do Congresso por emendas parlamentares, movimento que considerou "legítimo e constitucional, mas perigoso", elogiou o que classificou de "empenho" da pasta liderada por Fernando Haddad.

Em artigo no jornal "O Estado de S. Paulo" no início do mês, Meirelles disse que as pressões sobre o governo estariam insuportáveis se o Ministério da Fazenda não se mantivesse firme na busca do déficit zero neste ano, apesar da desconfiança do mercado e do trabalho dos políticos.

"O compromisso com o déficit zero é um sinal de empenho da Fazenda, o que dá um sinal positivo ao mercado e freia o ímpeto do Congresso e da máquina pública pelo gasto", escreveu.



[Voltar ao índice](#)



*Dias Toffoli e Gilmar Mendes cobram investigações sobre a conduta de Sergio Moro e Deltan Dallagnol | Foto: Nelson Jr./SCO/STF*

10 anos de Lava Jato

## **STF pressiona Judiciário a punir procuradores e juízes**

Por Renan Ramalho

A Lava Jato chega aos 10 anos neste domingo (17) em um momento de retaliação a procuradores e juízes que protagonizaram a

operação, além da anulação de condenações e investigações de corrupção nas estatais originadas em Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Tal movimento, gestado por políticos e partidos alvos dos processos, hoje dá o tom da atuação de ministros, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), interessados em punir o ex-procurador Deltan Dallagnol, o ex-juiz Sergio Moro e outras autoridades do Ministério Público Federal (MPF) e do Judiciário que trabalharam nos casos.

O recado mais recente veio do ministro Gilmar Mendes, hoje o maior crítico da Lava Jato no STF. No fim de fevereiro, durante sessão da Segunda Turma, ele adiantou que votará a favor da suspensão das multas da Odebrecht

combinadas em seu acordo de leniência, celebrada com o MPF e homologadas por Moro.

Mas foi além: valendo-se de mensagens dos procuradores captadas por hackers, disse ser preciso fazer uma “comissão da verdade” para esclarecer a conduta dos procuradores e do ex-juiz.

Entre as supostas irregularidades, Gilmar Mendes falou da ausência de previsão legal para o MPF fechar acordos de leniência, cálculos sem critérios para fixar o valor das multas, recebimento antecipado de cópia dos sistemas da empreiteira que registravam pagamentos a políticos e o transporte das mídias em sacolas de supermercado. “Acho que o Ministério Público precisaria liderar isso, em defesa do bom nome da instituição. É urgente que o CNMP

[Conselho Nacional do Ministério Público] faça algo”, pressionou.

Em entrevista à GloboNews na segunda-feira (11), o ministro do STF voltou a falar em "comissão da verdade" para a Lava Jato. "Há coisas nebulosas que precisam ser esclarecidas. Talvez, merecesse buscar uma 'Comissão da Verdade' sobre isso. Há muitos escombros sobre o que se passou", disse.

Hoje, no entanto, a maior arma da vingança contra a Lava Jato está no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde o corregedor-nacional, Luís Felipe Salomão, conduz uma correição sobre a 13ª Vara Federal de Curitiba e a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que revisa as decisões da Lava Jato na segunda instância.

Salomão também é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e próximo de Gilmar Mendes. O foco dele está sobre a gestão dos recursos recuperados, pagos em acordos de delação premiada e de leniência.

### **Relatório da correição deve sair em março**

Em setembro, Salomão divulgou um relatório preliminar apontando “gestão caótica” no controle do dinheiro entregue pelos réus e empresas investigadas.

Ele trabalha com a hipótese de que Moro teria autorizado a restituição de R\$2,1 bilhões à Petrobras no Brasil, enquanto os procuradores trabalhavam para que os Estados Unidos liberassem para o país R\$2,5 bi que a empresa teve de pagar às autoridades americanas. Com



esse montante, constituiriam um fundo de combate à corrupção. Em 2019, essa iniciativa foi vetada pelo ministro Alexandre de Moraes e o dinheiro foi depositado nos cofres da União, para ações de combate ao desmatamento na Amazônia, educação e depois combate à pandemia de Covid.

O resultado da correição deve sair em março e pode apontar irregularidades como improbidade administrativa e peculato, segundo fontes do CNJ. Imputações podem ser feitas não apenas sobre Moro, mas também sobre Gabriela Hardt, juíza substituta, e desembargadores da 8ª Turma do TRF4 que analisavam as decisões de ambos.

No ano passado, Salomão afastou do cargo o juiz Marcelo Bretas, titular da Lava Jato no Rio

de Janeiro, alegando acusações pouco claras e sigilosas baseadas em delação de um advogado de réus da operação.

## **CNMP, AGU e TCU também se movem contra membros da antiga força-tarefa**

Em razão da correição realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também resolveu, em julho do ano passado, inspecionar o trabalho que era realizado no Ministério Público Federal (MPF) no Paraná. O resultado ainda é desconhecido. Há expectativa de avanço em processos disciplinares com o novo comando do órgão, a cargo de Paulo Gonet, procurador-geral da República e ex-sócio de Gilmar Mendes.

Outra frente de apuração ocorre no Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de fiscalização do Congresso, na Controladoria-Geral da União (CGU), que fiscaliza contratos em nome do Executivo, e na Advocacia-Geral da União (AGU), que defende órgãos federais na Justiça.

Desde o ano passado, o ministro do STF Dias Toffoli têm determinado a esses órgãos que revisem como foram travadas as negociações de acordos de leniência da Lava Jato e investiguem servidores que participaram dos atos. Para o ministro, esses acordos podem ter sido fechados sob coação dos procuradores, daí a decisão de suspender pagamentos das multas bilionárias da Odebrecht e da J&F – que foi criticada por juristas e até mesmo pela OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Toffoli autorizou que as empresas vasculhem as milhares de mensagens que procuradores trocaram ao longo dos anos, captadas por hackers (ou seja, de forma ilegal), para que encontrem e apontem indícios de má conduta. Com isso, não só poderão ter desconto nas penalidades, mas também acusar os procuradores.

Moro, em sua coluna na Gazeta do Povo que escreve sobre os 10 anos da Lava Jato, afirma que "a invasão criminosa de mensagens de agentes da operação levou a uma fantasiosa alegação de conluio entre Ministério Público e juiz", lembrando que as "condenações de Curitiba foram, em sua quase totalidade, confirmadas pelo TRF4 em Porto Alegre (RS) e muitas ainda em Brasília, pelo STJ".

No TCU, Deltan Dallagnol e o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot foram condenados, em 2022, a devolver R\$ 2,8 milhões por gastos com diárias e passagens de procuradores que viajavam para Curitiba para trabalhar nas investigações. Ao decidir assim, os ministros ignoraram o parecer técnico do próprio TCU, que “registrou não ter identificado indícios contundentes de desvio de finalidade ou de outras irregularidades nos valores gastos no âmbito da Lava Jato”. Deltan, na época, se defendeu afirmando que ele sequer era responsável pela gestão dos recursos do MPF durante a força-tarefa.

No mesmo ano, Salomão e outros ministros do STJ o condenaram a indenizar Lula em R\$ 75 mil por causa de uma apresentação de PowerPoint, mostrada numa entrevista coletiva

em 2016, na qual apontava Lula como chefe de uma organização criminosa.

## **Frente de vingança contra Moro está na Justiça Eleitoral**

Em relação a Moro, a frente de ataque hoje está no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), onde tramitam duas ações, do PT e do PL, para cassar seu mandato de senador. Os partidos acusam gastos supostamente irregulares na pré-campanha e acima do limite, especialmente pelo período em que ele pretendia concorrer à Presidência da República. O julgamento está previsto para o início de abril e qualquer que seja o resultado, é esperado um recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que terá a palavra final no caso.

Em entrevista recente, ao jornal Valor Econômico, Gilmar Mendes disse que a punição de Moro com a perda do mandato, já aplicada a Deltan Dallagnol no ano passado, seriam penas “leves” para os dois, embora o caso do ex-juiz não tenha relação imediata com a Lava Jato. Dallagnol foi cassado sob acusação de deixar o MPF para escapar de processos disciplinares no CNMP, mesmo que na época não houvesse nenhum Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra ele no Conselho.

No STF, Moro também tornou-se alvo de investigação, aberta por Toffoli, a partir de acusações do ex-deputado estadual Tony Garcia, investigado sob supervisão do ex-juiz no caso Banestado, início dos anos 2000, no Paraná.

Além dos ministros, advogados que defenderam políticos réus também fazem pressão por punições. O maior porta-voz do grupo é Antonio Carlos de Almeida Castro, mais conhecido por seu apelido, Kakay.

“A Lava Jato só vai acabar quando forem responsabilizados, civil e criminalmente, os que corromperam o sistema de justiça”, escreveu o advogado em dedicatória de um livro sobre a operação.



[Voltar ao índice](#)





*Caroline de Toni, presidente da CCJ, incluiu pacote anticrime na pauta da comissão | Foto: Lula Marques/Agência Brasil*

**Pautado na CCJ**

## “Pacote anticrime” de Caroline de Toni enfrenta resistência da esquerda

Por Tatiana Azevedo

Ao assumir a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a deputada Caroline

De Toni (PL-SC) incluiu na pauta do colegiado a discussão de um "pacote anticrime": três projetos de lei que aumentam as penas para quem pratica crimes de forma repetida ou contra pessoas vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência. Contudo, nesta primeira semana de reuniões da CCJ, as propostas sofreram obstrução por parte de parlamentares de esquerda, que usaram de instrumentos regimentais, como pedidos de retirada e inversão de pauta, para atrasar o debate.

De Toni afirmou que pautou o "pacote anticrime" porque ele "atende a uma necessidade urgente da população brasileira", que vive uma situação caótica na segurança pública. "A segurança pública como um todo está caótica. Então, ao longo desse ano,

pretendo dar atenção especial ao tema”, adiantou a presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, mesmo o PL estando na presidência da CCJ, a aprovação de suas pautas prioritárias não deve ser fácil. O deputado Chico Alencar (Psol-RJ), membro da comissão, alegou, durante a sessão de terça-feira (12), que a pauta que previa análise do denominado pacote anticrime não foi debatida pelos coordenadores de bancada na comissão. Diante da obstrução de deputados de esquerda aos três projetos, ele sugeriu a mudança na ordem de análise da pauta.

Com isso, outros projetos de menor envergadura acabaram ganhando prioridade na análise e foram aprovados, como o que facilita a

doação de percentual do Imposto de Renda da pessoa física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O pacote anticrime deve permanecer na pauta enquanto se busca um entendimento entre oposição e base governista na comissão.

Quando De Toni assumiu na semana passada, os projetos do chamado pacote anticrime já estavam prontos para a pauta no colegiado, com pareceres favoráveis pela admissão e constitucionalidade. As propostas buscam endurecer as regras que tratam do estabelecimento de penas para quem cometer crimes como homicídio, latrocínio (roubo seguido de morte), estelionato e outros. Veja a seguir do que tratam as matérias.

## **1. Pena de 25 anos para reincidentes em crimes graves**

Kim Kataguiri (União-SP) é o autor da proposta que aumenta o tempo de prisão para quem pratica crimes de forma repetida, acrescentando um artigo ao Código Penal para estabelecer pena mínima de 25 anos a partir da terceira reincidência na prática de crimes dolosos contra a vida, crimes hediondos e ainda os previstos na lei antidrogas.

Segundo o parlamentar disse à Gazeta do Povo, o projeto é baseado na legislação norte-americana chamada de "Three strikes", em que o criminoso que é condenado por algum crime grave pela terceira vez é submetido a uma pena mínima de 20 anos ou até a prisão perpétua.

“Aqui [no Brasil], como a prisão perpétua é proibida, a ideia é prever pena mínima de 25 anos para a terceira condenação em casos de roubo a mão armada, estupro, sequestro, homicídio qualificado e todos os outros crimes hediondos, além de tráfico de drogas”, explicou o deputado.

Kim Kataguiri acredita que, com o aumento dessas penas, os criminosos "profissionais" vão permanecer na cadeia, evitando o "entra e sai" de criminosos dos presídios.

O parlamentar argumenta que o projeto de lei é necessário porque, mesmo que as penas para os crimes mencionados já sejam mais elevadas, justamente pela gravidade das infrações que se tenta coibir, ainda assim, muitos criminosos são reincidentes nesses crimes. "Sobretudo por

saberem que terão direito à progressão do regime, à saída temporária e ao livramento condicional, fazendo com que a pena cominada não seja cumprida na sua integralidade", acrescenta.

## **2. Maior punição para crimes de estelionato com exploração sexual e contra refugiados**

Também está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) outra proposta, desta vez apresentada pela deputada Carla Zambelli (PL-SP), que aumenta a pena de estelionato em casos em que há exploração sexual ou a vítima é refugiada.

O estelionato é um crime contra o patrimônio, no qual uma pessoa obtém para si ou alguém

uma vantagem ilícita, induzindo a vítima ao erro por meio de artifícios.

O texto determina que a exploração sexual e a ocasião de guerra, estado de defesa ou estado de sítio passam a ser circunstâncias que sempre agravam a pena dos crimes de estelionato, que pelo Código Penal tem pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa.

Na proposta em análise na CCJ, já com parecer pela admissibilidade e constitucionalidade, a pena será dobrada se o crime for cometido para fins de financiamento de exploração sexual, violência contra a mulher, crianças e adolescentes, ou tráfico de pessoas.

Para o deputado Maurício Marcon (Podemos-RS), é urgente que se discuta a



matéria, para evitar situações como as recentemente noticiadas na Ilha de Marajó, no Pará, onde há denúncias de exploração de crianças. Ele ainda criticou a postura da esquerda na comissão, que ao pedir inversão da pauta da comissão acabou adiando o debate da proposta – ainda que o requerimento de inversão tenha sido votado e aprovado pelos membros que estavam presentes na comissão.

A deputada Carla Zambelli explica que o objetivo do seu projeto é ampliar a proteção jurídica a pessoas em situação de vulnerabilidade que sejam vítimas de fraudes. O objetivo, segundo ela, é reprimir pessoas que, se utilizando de meios fraudulentos, captam recursos para, por meio da prática de “turismo sexual” ou outras formas de exploração de pessoas, atingirem satisfação pessoal. Atualmente, a pena de

estelionato também aumenta de 1/3 ao dobro se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável.

Neste contexto, diz a parlamentar, “cabará ao magistrado [juiz] a escolha da fração de aumento da pena a partir da análise da relevância do resultado, de modo que, caso o delito, na visão do juiz, não tenha resultado gravoso de grande importância, poderá ser aplicado o patamar mínimo de aumento de pena. Entendemos, todavia, que o texto vigente não é suficiente para inibir os golpistas à prática desse crime contra pessoas mais vulneráveis”.

### **3. Projeto triplica pena para crime de estelionato se vítima foi idosa, tiver deficiência ou baixo nível de escolaridade**

Ainda no caso de crimes de estelionato, outro projeto em pauta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi apresentado pelo deputado Pastor Gil (PL-MA). A proposta triplica a pena do crime de estelionato quando a vítima for criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência ou com baixo nível de escolaridade. A pena prevista no Código Penal para o crime hoje é de um a cinco anos de prisão.

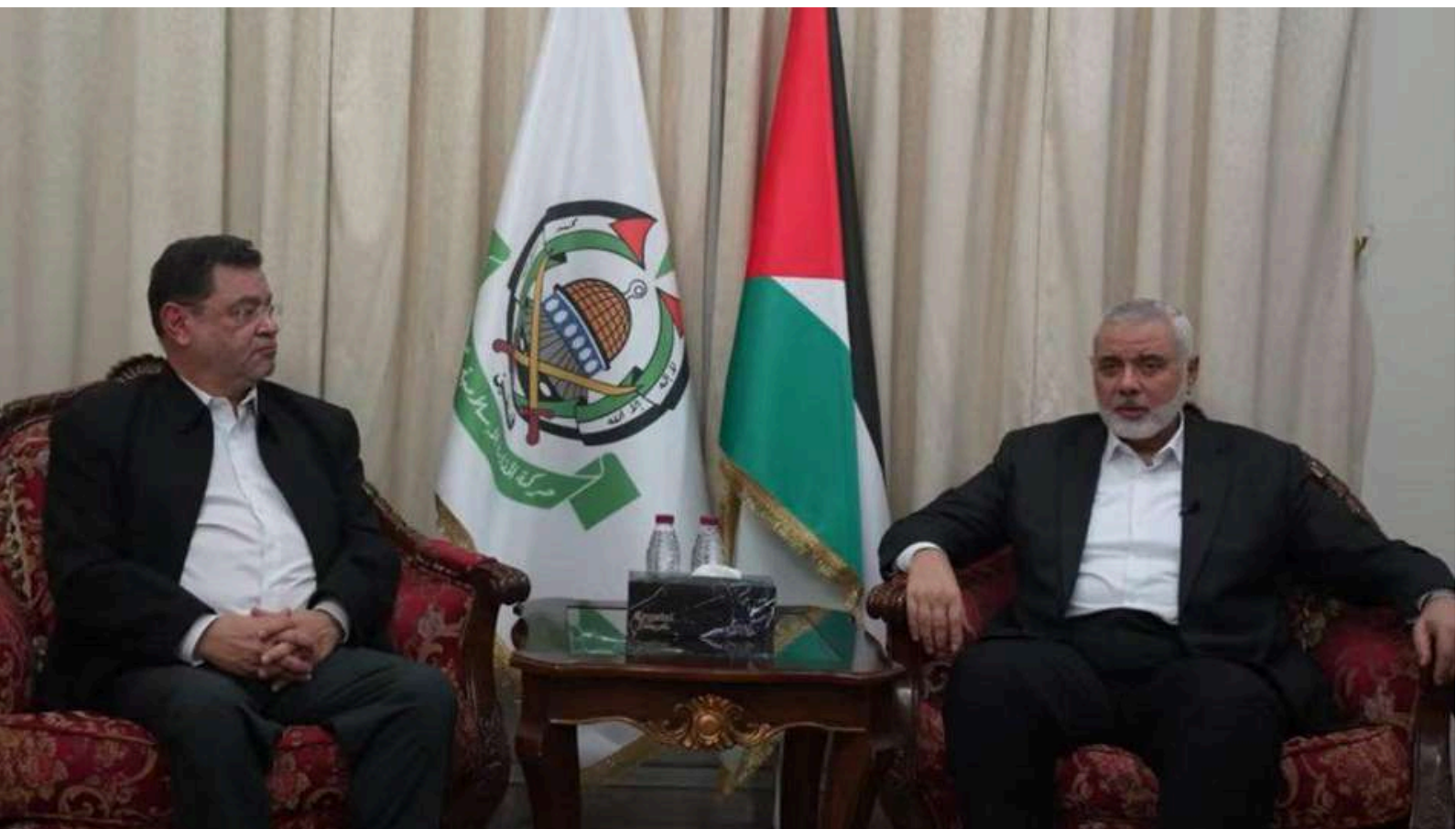
Para o deputado, o objetivo é aplicar punição mais severa para o criminoso que “se aproveita da vulnerabilidade dessas vítimas para causar-lhes prejuízo financeiro, moral e emocional, desestimulando, assim, a prática”.

Todos os projetos do chamado “pacote anticrime” foram encaminhados pela Mesa Diretora da Câmara diretamente à CCJ, sem a necessidade de análise por outras comissões temáticas da Casa, de acordo com o que prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ou seja, se aprovadas, as propostas seguirão direto para apreciação do plenário da Câmara.

Mas, como o debate sofreu obstrução nesta semana, as matérias deverão ser discutidas novamente na sessão da CCJ da próxima semana.



[Voltar ao índice](#)



*Rui Costa Pimenta (à esquerda) durante o encontro com o líder do braço político do Hamas, Ismail Haniyeh. | Foto: Reprodução / Site Diário da Causa Operária*

**Esquerda radical**

## **A dolce vita de Rui Costa Pimenta: o eterno chefe do PCO curte a Europa e o Hamas**

Por Omar Godoy

Ele critica a política identitária e os excessos do STF. Defende a liberdade de expressão dos

humoristas e o direito da população ao armamento. E até já foi “compartilhado” pelo ex-presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais.

Mas não se engane. Apesar de ter algumas opiniões semelhantes às de muitos conservadores, Rui Costa Pimenta, o presidente do Partido da Causa Operária (PCO), é um radical de esquerda admirador de ditadores e terroristas – e que leva uma vida bastante confortável, em nada parecida com a do povo pelo qual diz lutar.

Se ainda havia alguma dúvida sobre isso, ela foi dissipada no final de fevereiro, quando Pimenta se encontrou pessoalmente com Ismail Haniyeh, chefe do braço político do Hamas.

A reunião, amplamente divulgada nos canais de comunicação do PCO, aconteceu no Catar e integrou a agenda de um tour de dez dias que uma delegação da legenda fez pelo país do Oriente Médio.

Em uma “mensagem para os brasileiros”, divulgada em vídeo pelo partido, Haniyeh diz uma série de mentiras sobre os ataques de 7 de outubro contra Israel.

Segundo ele, o Hamas “não tinha como alvos os civis e nem o objetivo de matar sequer uma criança ou mulher” e “tem sempre como alvo o exército de ocupação e os colonos espalhando estragos nas nossas terras”. No entanto, como se sabe, 1,2 mil civis foram mortos e mais de 200 pessoas, sequestradas.

Além da conversa com o terrorista, a excursão dos dirigentes brasileiros incluiu entrevistas para a emissora de televisão Al Jazeera, encontros com outras lideranças da milícia e uma visita a um hospital onde palestinos supostamente feridos em Gaza recebem tratamento.

Em seu relato sobre a viagem, disponível no YouTube, Rui Costa Pimenta afirma que o Hamas é uma “grande organização política”, cujas atividades no Catar “correspondem de fato a de um governo palestino em exílio”.

Ainda segundo ele, suas conversas com as pessoas hospitalizadas revelam “os criminosos atos dos sionistas, mas também o otimismo e a vontade de lutar em defesa da Palestina”.



Desde os ataques do Hamas a Israel, em outubro do ano passado, o PCO tem promovido uma série de manifestações em apoio aos palestinos, principalmente na capital paulista. Segundo o site *Metrópoles*, os eventos são realizados com verba pública do fundo eleitoral – e mais de R\$ 1 milhão foi gasto somente no primeiro mês dos protestos.

Durante os atos públicos, os líderes do partido costumam pedir salvas de palmas “para todos os grupos armados” e bradam que estão “1.000% alinhados com o Hamas”. Os militantes também montam uma lojinha de memorabilia terrorista, onde são vendidas camisetas, bonés e outros acessórios com símbolos da milícia palestina.

Preocupados com as consequências desse tipo de discurso, 27 deputados federais enviaram à Polícia Civil de São Paulo um pedido de abertura de inquérito contra João Caproni Pimenta, filho de Rui e dirigente partidário, por apologia ao terror.

Segundo os parlamentares, as falas dele não estão protegidas pela liberdade de expressão, porque promovem o ódio. Os integrantes da legenda, por sua vez, alegam que seu apoio ao Hamas é legítimo, pois faz parte da “luta contra o fascismo”.

**Partido receberá mais de R\$ 3,5 milhões em verbas públicas neste ano**

Com pouco mais de 5 mil membros, o PCO é um dos menores partidos de esquerda do país. E

embora tenha eleito apenas um vereador ao longo de suas quase três décadas de existência, vai receber neste ano mais de R\$ 3,5 milhões provenientes do fundo eleitoral.

A legenda completa sua renda com cursos, palestras, assinaturas de suas publicações, views remunerados no YouTube e contribuições voluntárias. A viagem para o Catar, por exemplo, foi viabilizada por meio de uma doação da comunidade palestina no Brasil.

No Réveillon de 2023, o partido promoveu uma festa para angariar recursos em um bufê sofisticado na capital paulista. Os ingressos, nada acessíveis para a classe operária, custavam R\$ 350.

Outra modalidade de arrecadação de fundos são as campanhas de financiamento coletivo pela internet. Como a que pede dinheiro para o pagamento de um processo movido por João Dória contra o PCO, no valor de R\$ 85 mil.

O empresário e político foi à Justiça por causa de um conto publicado em 2017 no site Diário da Causa Operária, principal veículo do partido. Intitulado “Sobre a Brutal Morte do Prefeito João Dória”, o texto ficcional termina com a população linchando o tucano em praça pública.

Por essas e outras, críticos e ex-militantes da legenda acusam Rui Costa Pimenta e sua família de enriquecer às custas da política – também atuam na cúpula do PCO sua esposa, Anahí Caproni, a filha, Natália, e os filhos, João e Carlos Henrique.

Neto de João Costa Pimenta, comunista histórico e um dos primeiros trotskistas brasileiros, Rui Costa Pimenta é jornalista e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores. Mas se desligou, com outros dissidentes, em 1991, por não admitir a aproximação do PT com as “forças políticas tradicionais”.

Cinco anos depois, o grupo fundou o Partido da Causa Operária, que ele comanda com mão de ferro desde então. De lá para cá, Pimenta se candidatou à presidência da República quatro vezes. Na última, em 2014, declarou ao TSE que seu patrimônio consiste em somente um imóvel, na época avaliado em R\$ 80 mil.

No entanto, relatos de ex-funcionários e ex-membros da legenda dão conta de que os

Pimenta têm um padrão de vida bem superior ao dos militantes da base, o que inclui constantes viagens internacionais, especialmente para o continente europeu.

E o pior: já foram processados por não pagar seus colaboradores. Muitos deles chegaram a implorar por algum dinheiro aos dirigentes, que fizeram pouco caso das reivindicações.

**Ex-funcionário pediu “Pelo amor de Trotsky!” para receber salário atrasado**

É o que mostra uma reportagem publicada em 2020 no site Diário do Centro do Mundo (o DCM, notadamente esquerdista). Com o título “Processos na Justiça mostram calotes do PCO em funcionários enquanto líder viaja pela Europa com a família”, a matéria traz prints de

conversas em que militantes cobram salários atrasados dos filhos de Rui Costa Pimenta.

O material fazia parte de um site, atualmente fora do ar, chamado “Partido Censurador Oficial”, criado por ex-membros desiludidos.

Em um desses diálogos, uma pessoa identificada como Ralfo pede a João Caproni Pimenta “Pelo amor de Trotsky!” para receber R\$ 5 mil pelo trabalho de atualização constante do site do partido. Sem resposta, ele volta a escrever, e explica que a mãe está internada numa UTI. “Me dá alguma coisa, por favor”, diz.

O retorno só vem dois dias depois. “Estou vendo, mas estamos curtos aqui”, afirma João, sem dar maiores esclarecimentos.

O texto ainda revela uma troca de mensagens tensa entre Natália e João. Pressionada por funcionários, ela cobra uma posição do irmão, que responde, ironicamente: “Tenho pós em atrasar pagamentos”.

Em outro print, João comunica à irmã uma orientação dada pelo pai, então em viagem pela Europa. “Ele disse que é para mandar à p\* que pariu (palavras dele). Até ele voltar ao Brasil, ele disse que o pessoal vai ficar sem salário por falta total de dinheiro”.

A irmã então rebate: “Vou mandar pra rua então. Vai abrir crise. Não tô preocupada com eles receberem, tô preocupada com o estrangulamento financeiro da comuna”.



Em outro “fogo amigo” disparado pela esquerda, a revista Fórum compara o partido liderado por Rui Costa Pimenta a um culto de fanáticos.

No artigo “O PCO é uma seita?”, o geógrafo e escritor Franciso Fernandes Ladeira utiliza critérios desenvolvidos por especialistas na área de desprogramação mental para determinar se um grupo se caracteriza como “agrupamento destrutivo”.

Segundo Ladeira, a legenda possui as quatro características básicas de um culto: infalibilidade do líder, exclusivismo (apenas o grupo é portador da verdade), a divisão “nós contra eles” e a perseguição a ex-membros.

O que nos leva de volta à reportagem do DCM e ao depoimento de uma ex-militante do partido, Gabriela Tavares.

“O PCO me parecia muito combativo em sua política e muito acolhedor em sua militância. Mas, com o tempo, a convivência vira vigilância, controle e manipulação. Te jogam contra sua família, seus amigos ‘pequeno-burgueses’, seu trabalho e seus relacionamentos”, afirma Gabriela.

## **Geopolítica, terrorismo, Bolsonaro: conheça o “pensamento vivo” de Pimenta**

Midiático, o líder do Partido da Causa Operária é bastante ativo nas redes sociais e no YouTube – onde analisa praticamente todos os assuntos possíveis. Veja, a seguir, as opiniões de Rui

Costa Pimenta sobre algumas personalidades e pautas contemporâneas.

## **Luiz Inácio Lula da Silva**

“O objetivo do Lula e a maneira como ele faz as coisas são diferentes. O objetivo que ele tem é progressista. Mas a maneira como faz as coisas, não. A política dele é nacionalista, mas o método, institucional. É a transação dentro do Congresso, os aliados, a distribuição de cargos... São coisas que ele procura conciliar, mas são contraditórias, antagônicas.” (canal Monark Talks, 2023)

## **Jair Bolsonaro**

“Bolsonaro não é uma instituição, é uma pessoa. Então, o problema do Bolsonaro é o

mesmo problema do Trump: é uma pessoa que tem cacife político para ganhar uma eleição presidencial. Por exemplo, se você tiver que derrotar o Lula [em 2026], o único candidato que teria condições seria o Bolsonaro. Isso mostra o tamanho e a importância do Bolsonaro. Ele está sendo perseguido por isso, não é por golpe de Estado.” (canal TV 247, 2024 – este trecho foi compartilhado pelo próprio ex-presidente em suas redes sociais)

## **8 de janeiro**

“Uma boa parte da esquerda não entende que a violação do direito do seu vizinho é uma violação do seu direito. Golpe de Estado com pessoas totalmente desarmadas? Aquilo lá foi mais uma insurreição. As pessoas condenadas a penas duríssimas são só os pobres coitados. O

que aconteceu em Brasília foram atos de vandalismo.” (canal Opera Mundi, 2023)

## **Terrorismo**

“Criou-se um misticismo, de caráter quase religioso, contra o terrorismo. E isso é muito favorável às forças reacionárias do mundo. O terrorismo é um método de luta. Não é um crime, não é uma maldição do inferno. Vou dar um exemplo que todo mundo conhece e é muito badalado: a Resistência Francesa [movimento de luta contra a ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial]. A Resistência Francesa era uma organização terrorista. Sou que eu estou falando? Não. Eles que falam.” (canal Rádio Causa Operária, 2024)

## **Ocidente x Oriente**

“A derrota [na guerra da Ucrânia] para a Rússia deixa o imperialismo em uma situação muito difícil de administrar. Se somarmos isso à questão palestina, em que o imperialismo enfrenta uma reação de centenas de milhões, isso se encaminha para uma crise espetacular.”  
(canal Diário da Causa Operária, 2024)

## **Rússia**

“A esquerda tem o dever de apoiar Putin. A Rússia travou uma luta contra o imperialismo norte-americano e deve ser defendida.” (canal TV 247, 2022)

## **Guilherme Boulos**

“O Boulos é um político artificial. Ele não é o Lula. Briguei com o Lula em várias situações, desde o tempo do Sindicato dos Metalúrgicos. Mas tenho de admitir que o Lula é um líder popular, enquanto o Boulos foi criado artificialmente. O Bolsonaro, que é de ultra direita, entende melhor a psicologia popular do que essa esquerda de classe média, que só vê o mundo do seu ponto de vista.” (programa Pânico, 2022)

## **STF**

“Não somos favoráveis a golpe de Estado, fechar o STF à força. Mas não achamos que deveria existir esse tribunal. Quando você tem um tribunal constitucional, a Constituição

ganha um dono, o tribunal é dono da Constituição. Na nossa opinião, quem tem que fazer a lei é o Congresso Nacional. Com todos os defeitos que o Congresso Nacional possa ter, você pode lutar para mudar o Congresso, ele que é a casa de leis. Os ministros do STF nem são eleitos e têm todo este poder, um poder superior ao do Congresso.” (revista Veja, 2023)

## **Alexandre de Moraes**

“Nós falamos que havia uma manipulação das eleições por parte da Justiça Eleitoral. Não acusamos ninguém, falamos de um problema político. Nós ficamos as eleições sem as redes sociais [em 2022, o ministro e presidente do TSE incluiu Pimenta no inquérito das fake news e retirou da internet as contas do PCO, porque o partido pediu a dissolução do STF e o chamou de



‘skinhead de toga’]. Passou a eleição, as redes foram devolvidas. Teve um custo político. Se a esquerda não apoiasse isso aí, o Alexandre de Moraes não conseguiria fazer quase nada.”  
(jornal Folha de S. Paulo, 2023)

## **Desarmamento**

“A ambição de todos os governos sempre foi desarmar o povo. Um povo desarmado é um povo indefeso. O que você pode fazer, se você não tem armas, contra quem está armado, seja um grupo de criminosos ou o poder público, que está armado até os dentes? O direito ao armamento é o direito de autodefesa da população. É uma coisa básica. Os Estados Unidos preservaram esse direito, que faz parte do processo histórico. E o próprio hino da

França fala: ‘Às armas, cidadãos’.” (canal Arte da Guerra, 2022)

## **Direita com esquerda**

“Acho natural bolsonaristas elogiarem o PCO, é um ponto de intersecção que existe. Assim como há setores de direita que são nacionalistas. Nós defendemos também, somos anti-imperialistas. Em alguns casos, você poderia atuar em conjunto com esses setores.” (jornal Folha de S. Paulo, 2022)

## **Política identitária**

“O governo Lula está sitiado pelo identitarismo. E o identitarismo é a face suave do imperialismo. É a arma usada para angariar setores da esquerda. (...) O caso da Marcelle

Decothé [ex-assessora do Ministério da Igualdade Racial que ofendeu a ‘torcida branca’ do São Paulo] foi emblemático. Como em todas as torcidas, a grande maioria vem do proletariado. Ela falava em nome de um governo.” canal TV 247, 2023)

### “G7 do Oriente”

“O [jornalista e correspondente internacional] Pepe Escobar apresentou a tese de que o Lula vai fazer parte do G7 do Oriente. Está se armando aí um grupo alternativo, uma política com a Rússia, a China. E o Brasil teria um papel fundamental nela. Acho que o Lula vai fazer isso de maneira cautelosa. Mas ele está fazendo, sim.” (canal Monark Talks, 2023)

## **Liberdade de expressão**

“O Rafinha Bastos não deveria ter sido processado [referindo-se ao caso em que o humorista foi condenado pela Justiça a pagar uma indenização de R\$ 150 mil à cantora Wanessa Camargo por causa de uma piada sobre ela contada na tevê]. Não importa o que a pessoa falou, não deve ter perseguição”.

“Mas o caso do Monark [podcaster acusado de apologia ao nazismo por afirmar que um partido nazista deveria ter o direito, reconhecido pela lei, de existir] é pior, porque foi uma falsificação do que ele falou. Todo mundo que conhece o Monark sabe que ele não é nazista” (podcast À Deriva, 2023)

## Olavo de Carvalho

“Ele se popularizou como um colunista agressivo da extrema direita. Quanto mais agressivo, mais chamava a atenção. E, tendo obtido sua atenção, as pessoas entravam em contato com o outro lado do Olavo de Carvalho, o intelectual. Isso permitiu criar um movimento amplo.” (canal Causa Operária TV, 2022)

A reportagem procurou o PCO para solicitar uma entrevista com Rui Costa Pimenta, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- [Rodrigo Constantino: Não aguento mais o Lula. \(E quem aguenta?\)](#)
- [Anatel diz a Moraes que irá usar poder de polícia para retirar sites e aplicativos do ar](#)
- [Proposta de autonomia financeira do Banco Central renova confronto entre Lula e Campos Neto](#)
- [El Niño deixa sua marca e atrapalha intenção de Lula de “surfear” nos méritos do agro](#)
- [Congresso dos EUA aprova projeto para banir TikTok caso não se desvincule da China](#)
- [Gleisi quer proibir CACs e fechar clubes de tiro no Brasil](#)

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice